

# ASSEMBLEIA

Dia 17/04, 16h, no auditório da ESS  
Campus da Praia Vermelha

PAUTA

- 1 - Informes;
- 2 - Negociação da pauta salarial dos Servidores Públicos Federais com o Ministério do Planejamento;
- 3 - Delegação para o 7º Conad Extraordinário do Andes-SN;
- 4 - Assuntos Gerais.

www.adufrj.org.br

**AdUFRJ**  
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ

**35**  
anos

Andes-SN • Ano XIV nº 883 • 13 de abril de 2015 • Central Sindical e Popular - Conlutas

PAINEL ADUFRJ

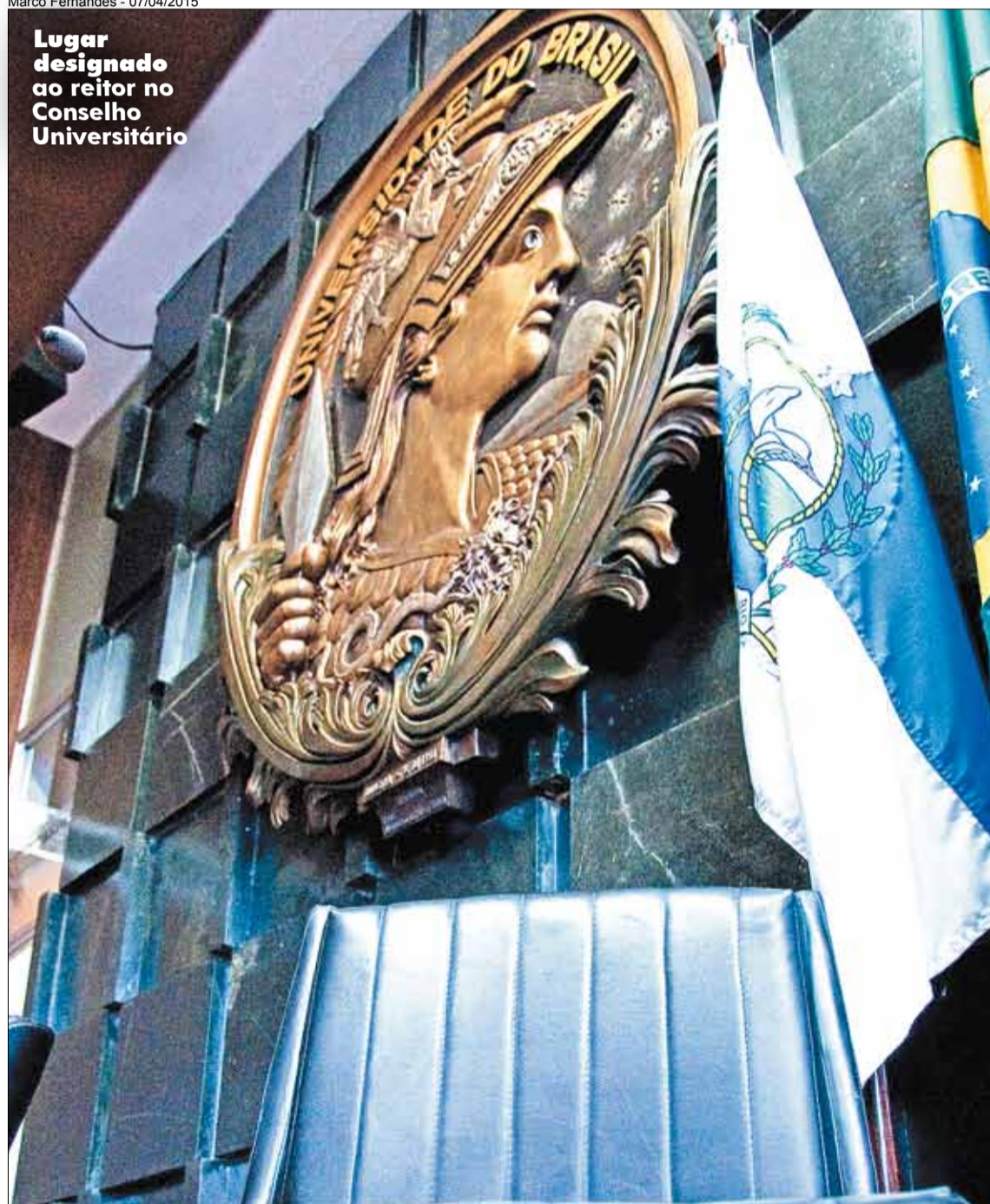


**Câmara ataca trabalhadores**

Página 12

Marco Fernandes - 07/04/2015

Lugar designado ao reitor no Conselho Universitário



**SUCESSÃO NA UFRJ**

# QUEM OCUPARÁ ESTA CADEIRA?

O sucessor do reitor Carlos Levi começa a ser escolhido esta semana em consulta à comunidade universitária.

Últimos debates e serviço. Páginas 6 a 11

## AMEAÇAS

# Servidores mobilizados contra ataque a direitos

Wilson Dias/Agência Brasil - 07/04/2015



**Em Brasília.** Trabalhadores protestam contra o PL 4330. A Jornada de Lutas convocada pelo Fórum das entidades dos SPFs ocupou Brasília numa série de ações que envolveu a manifestação de trabalhadores de várias categorias contra o PL 4330 - que expande a terceirização. O Fórum e várias centrais sindicais marcaram para esta quarta-feira, 15 de abril, protesto contra o PL 4330 e as MPs 664 e 665. Dentro da Jornada de Lutas, paralisação e debates marcaram as atividades dos docentes federais nos estados. Páginas 3, 4 e 5

Enquanto isso....

## TRABALHADORES TERCEIRIZADOS DA UFRJ ESTÃO NOVAMENTE SEM RECEBER

Página 5

## SEGUNDA PÁGINA

# Je suis (un peu) Eduardo

Ato contra a política de extermínio do Estado, em 8 de abril, expõe contradições da sociedade carioca

**Filipe Galvão**

Estagiário e Redação

Volume de pessoas que se reuniam às 17h ao redor do chafariz do Largo do Machado na última quarta-feira, dia 8, era tímido. A aglomeração foi em memória e luto por Eduardo de Jesus, 10 anos, executado com um tiro de fuzil na nuca durante operação policial no Complexo do Alemão em 2 de abril.

Depois de uma hora de concentração, o ato organizado pela Frente Independente Popular (FIP) que exigia o fim da guerra aos pobres e a retirada imediata das Unidades de Polícia Pacificadora foi inflado de súbito. Em menos de 10 minutos, o aparelho de guerra estadual e federal deslocado para acompanhar o protesto cercou a praça como uma alcaiteia de hienas. A ação conjunta entre Bope, Grupo Tático Móvel, policiais à pai-



Samuel Tosta - 08/04/2015

**Repressão.** Protesto contra a guerra aos pobres foi impedido de chegar ao palácio do governo

sana, Força Nacional seguiu a cartilha de desfile de forças e intimidação.

Os organizadores contabilizaram um total de 800 manifestantes. As forças de

repressão pareciam contar com a mesma quantidade de pessoas. O inchaço atíçou os

presentes e o ato seguiu pela Rua das Laranjeiras em direção ao Palácio da Guanabara.

Apesar da barbárie diante do extermínio dos mais pobres — fato evidenciado pelas recentes declarações do governador Pezão, que prometeu atropelar a Justiça para endurecer a política de apartheid — alguns se solidarizavam com os agentes do Estado. “Vocês ganham muito mal e ainda assim nos defendem”, disse uma passante. “Desce o cacete nesses vagabundos”, bradou um grupo de senhoras que acompanhava a movimentação em frente ao prédio em que vivem.

Enquanto os 800 assumiam a dor dos oprimidos com frases como “Je suis Eduardo”, parte da população da zona sul parecia escolher o lado dos opressores. O vírus conservador, mais perigoso que o Ebola, parece se espalhar como o chumbo nas favelas.

## SAÚDE PÚBLICA

# Eduardo Cunha, o inimigo nº 1

Presidente da Câmara é criticado em ato realizado no último dia 7 de abril, no Centro

## Movimentos sociais cobram CPI dos Planos de Saúde

**Samantha Su**

Estagiária e Redação

Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, foi o principal alvo de um protesto organizado pelo Fórum de Saúde do Rio de Janeiro, no último dia 7. Cunha é o autor de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC), de nº 451/14, que torna obrigatória a concessão de planos privados de assistência médica a todos os trabalhadores.

Para os que se reuniram no ato do Largo da Carioca, além de obviamente favorecer o setor particular, a proposição do

parlamentar cria um problema conceitual ao restringir o direito à saúde apenas aos que estiverem empregados. A PEC, até o fechamento desta edição, encontrava-se em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara.

A ligação entre Eduardo Cunha e empresas da saúde privada foi enfatizada em vários momentos. Foi informado que a Bradesco Saúde S/A, conforme dados do Tribunal Superior Eleitoral, doou R\$ 250 mil para a campanha do deputado federal. E, na condição de atual presidente da Câmara, Cunha rejeitou uma CPI dos Planos de Saúde assinada por duzentos outros parlamentares.

### Relações perigosas

Durante o ato, o Movimento Chega de Descaso denunciou

os R\$ 52 milhões repassados a campanhas eleitorais (somente em 2014) pela Amil, Bradesco Saúde, Qualicorp e Unimed. O montante foi distribuído a 131 candidaturas em todo o país. Leandro Farias, representante do grupo, apontou a necessidade do fim do financiamento privado de campanha para evitar que direitos básicos da população sejam comandados pelo empresariado. Leandro é viúvo de Ana Carolina Cassino, uma jovem de 23 anos que morreu após esperar 28 horas por uma cirurgia de apêndice no Hospital Unimed Barra, em 17 de agosto de 2014.

Presente ao ato, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra abordou a reforma agrária e a diminuição na utilização de agrotóxicos como temas alinhados com o debate da saúde pública: “Estamos todos compro-

metidos com os direitos básicos de vida e com o enfrentamento ao capital financeiro”, pontuou Marcos Araújo, da direção nacional do MST.

A luta anti-manicomial não passou despercebida, Carolinne Scopel, que participa do Fórum de Saúde do Rio de Janeiro, destacou a urgência de se pensar novas alternativas para a saúde mental e contra as internações compulsórias. Scopel também afirmou a necessidade de legalização do aborto para a saúde pública devido às altas taxas de mortes em operações clandestinas.

A manifestação terminou em frente ao prédio no qual Eduardo Cunha mantém um escritório, na Avenida Rio Branco, no Centro. Faixas e pedidos de melhores condições para a saúde no Brasil foram deixados no local.

## Divulgado o Caderno de Textos do 7º Conad Extraordinário

O Andes-SN divulgou, em seu site ([www.andes.org.br](http://www.andes.org.br)), o Caderno de Textos do 7º Conad Extraordinário. O evento será realizado em Brasília (DF), nos dias 2 e 3 de maio e terá como tema as contribuições do Sindicato Nacional para o 2º Congresso da CSP-Conlutas (marcado para o início de junho, em Sumaré (SP))

## Revista Universidade e Sociedade

O prazo do envio de textos para a edição 56 da Revista Universidade e Sociedade encerra-se em 22 de abril. O tema da publicação, definido pela diretoria do Andes-SN, será “Contrarreforma: retirada de direitos, violências e criminalizações”. O lançamento acontecerá durante o 60º Conad, em Vitória (ES). Os artigos deverão seguir as normas contidas no seguinte link: <http://migre.me/poQd0>

### SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

**Diretoria da Adufjrj-SSind** Presidente: Cláudio Ribeiro 1º Vice-Presidente: Luciana Boiteux 2º Vice-Presidente: Cleusa Santos 1º Secretário: José Henrique Sanglard 2º Secretário: Romildo Bomfim 1º Tesoureiro: Luciano Coutinho 2º Tesoureira: Regina Pugliese **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFJRJ-SSIND** Colégio de Aplicação Renata Lúcia Baptista Flores; Maria Cristina Miranda Escola de Serviço Social Mauro Luis Iasi; Luis Eduardo Acosta Acosta; Henrique Andre Ramos Wellen; Lenise Lima Fernandes Faculdade de Educação Claudia Lino Piccinini; Andrea Pentead de Menezes; Alessandra Nicodemus Oliveira Silva; Filipe Ceppas de Carvalho e Faria; Roberto Leher Escola de Comunicação Luiz Carlos Brito Paternostro Faculdade de Administração e Ciências Contábeis Antônio José Barbosa de Oliveira Instituto de Economia Alexis Nicolas Saludjian Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional Cecília Campello do Amaral Mello Faculdade Nacional de Direito Mariana Trotta Dallalana Quintans; Vanessa Oliveira Batista Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Eunice Bomfim Rocha; Luciana da Silva Andrade; Sylvia Meimaridou Rola; André Orioli Parreiras Escola de Belas Artes Patrícia March de Souza; Carlos de Azambuja Rodrigues Faculdade de Letras Gumercinda Nascimento Gonda; Vera Lucia Nunes de Oliveira Escola de Educação Física e Desportos Luis Aureliano Imbiriba Silva; Alexandre Palma de Oliveira; Marcelo Paula de Melo; Michele Pereira de Souza da Fonseca Escola de Enfermagem Anna Nery Walcyr de Oliveira Barros; Gerson Luiz Marinho Coppe Vera Maria Martins Salim Escola Politécnica José Miguel Bendrao Saldanha; Eduardo Gonçalves Serra Coordenador de Comunicação Luiz Carlos Maranhão Editor Assistente Kelvin Melo de Carvalho Reportagem Silvana Sá e Elisa Monteiro Projeto Gráfico e Diagramação Douglas Pereira Estagiários Filipe Ferreira Galvão e Samantha Su Tecnologia da Informação: Renato Souza Tiragem 4.000 E-mails: [adufjrj@adufjrj.org.br](mailto:adufjrj@adufjrj.org.br) e [secretaria@adufjrj.org.br](mailto:secretaria@adufjrj.org.br) Redação: [comunica@adufjrj.org.br](mailto:comunica@adufjrj.org.br) Cadernos Adufjrj: [revista@adufjrj.org.br](http://revista@adufjrj.org.br) Diretoria: [diretoria@adufjrj.org.br](mailto:diretoria@adufjrj.org.br) Conselho de Representantes: [conselho@adufjrj.org.br](mailto:conselho@adufjrj.org.br) Página eletrônica: <http://www.adufjrj.org.br>

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

## JORNADA DE LUTA DOS SPF

# Mais razões para lutar

Câmara dos Deputados aprova projeto que permite ampliação da terceirização no país, inclusive na esfera pública. Protesto de servidores contra o PL foi duramente reprimido pela polícia, em Brasília

### Dirigente do Andes-SN critica conservadorismo do Congresso

Em resposta à ameaça de arrocho salarial e de retirada de direitos por parte do governo, os servidores públicos federais realizaram uma Jornada de Lutas, entre 7 e 9 de abril. A Câmara dos Deputados, no entanto, foi indiferente à mobilização e desferiu mais um grave ataque aos trabalhadores: durante este período, os parlamentares aprovaram a base do projeto (PL 4.330/2004) que amplia a terceirização no país.

Milhares de servidores de diversas categorias, em caravana à capital federal, concentraram-se na Esplanada dos Ministérios durante a manhã do primeiro dia da Jornada. No período da tarde, realizaram ato em frente à Câmara Federal, contra o PL da terceirização.

Os manifestantes foram recebidos por forte aparato militar no Congresso Nacional e impedidos de entrar na Casa, onde ocorria reunião de líderes para decidir sobre a votação do PL. Os servidores se reuniram na entrada do Anexo 2 da Câmara para bloquear a entrada dos parlamentares, enquanto outro ato também contra o projeto acontecia na frente do Congresso. As duas manifestações foram duramente reprimidas pela força policial, que utilizou bombas e spray de pimenta para intimidar e dispersar quem protestava.

Depois do protesto, Andre Guimarães, diretor do Andes-SN, destacou a precarização das condições de trabalho dos servidores e reforçou como a regulamentação da terceirização é uma ameaça à qualidade dos serviços públicos no país, principalmente à saúde e educação, que estão sob constante ameaça de privatização das mais diversas formas.

Para Guimarães, a violência com que foram recebidos os trabalhadores no Congresso Nacional demonstra o caráter conservador e repressivo do Parlamento brasileiro. “O lado negativo desse processo de lutas é que, exatamente na votação do PL 4330, o conjunto dos trabalhadores foi recebido com pancadaria. Isso mostra exatamente aquilo que se efetiva no Congresso Nacional, que é o conservadorismo, que é a repressão, com bombas, tiros, spray de pimenta, com agressões físicas, sendo que um companheiro está hospitalizado”, disse. Ele observou que, para aprovar as pautas que retiram direitos dos trabalhadores, o governo e o Congresso vão continuar lançando mão de uma postura extremamente autoritária, repressiva, violenta, contra aqueles que lutam pelos serviços públicos de qualidade, pelo direito dos trabalhadores e contra a corrupção. (Fonte: Andes-SN. Edição: Adufrj-SSind)



Recado foi dado, mas parlamentares viraram as costas para os trabalhadores

## Antecipando as negociações

### Primeira reunião ocorre dia 23

Durante o segundo dia da Jornada de Lutas dos SPF, um grupo de representantes do Fórum dos Servidores foi recebido pelo Secretário de Relações do Trabalho do MPOG, Sergio Mendonça. O dirigente do governo comprometeu-se a tentar uma agenda para negociações ainda no mês de abril (posteriormente, o encontro foi confirmado para 23/4).

“O governo argumentou, na reunião que tivemos dia 20 de março com o ministro Nelson Barbosa, que só poderia começar a

negociar em maio. Hoje, na reunião com o Sérgio Mendonça, reforçamos a necessidade de anteciparmos as reuniões ainda para abril, para dialogarmos sobre a pauta que protocolamos, sob o argumento de que não há possibilidade de o governo planejar a negociação, sem antes conversar com o Fórum dos Servidores, estabelecer uma agenda temática e organizar o processo”, explicou Paulo Rizzo, presidente do Andes-SN. Segundo Rizzo, houve concordância por parte da Secretaria de Relações do Trabalho do MPOG, que reconheceu a pauta unificada apresentada pelo conjunto das entidades que compõem o Fórum.

Na avaliação do presidente do Andes-SN, a reunião foi positiva, pois apontou a importância da mobilização e da Jornada Nacional de Lutas, protagonizada nesta semana pelos servidores. “A antecipação das discussões é fruto da nossa pressão. No entanto, precisa ficar claro que isso será somente uma primeira reunião com o governo, e que, para que essas reuniões, de fato, viam negociação, vamos precisar de muita mobilização. Mesmo porque a prioridade do governo continua sendo o ajuste fiscal, o que implica na retirada de direitos dos trabalhadores”, ressaltou Rizzo. (Fonte: Andes-SN. Edição: Adufrj-SSind)



Manifestantes foram recebidos por forte aparato policial

## Confira o calendário dos SPF

### 15 de abril

Dia Nacional de Lutas contra as terceirizações e MPs 664 e 665.

### 22 de abril

Reunião do Fórum das Entidades para preparar reunião de negociação.

### 23 de abril

Primeira reunião de negociação com o governo sobre a pauta geral e dia nacional de lutas nos estados.

### Data a definir

Na segunda reunião de negociação com o governo, ato nacional e reunião ampliada dos SPF em Brasília (DF).

## Em defesa do Andes-SN

Também no segundo dia da Jornada de Lutas (8), os servidores fizeram um ato em defesa da liberdade sindical e do Andes-SN na frente do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Representantes de várias entidades nacionais e diversas seções sindicais fizeram uso da palavra para reafirmar a legitimidade do Sindicato Nacional, enquanto representante dos docentes federais.

### Entenda o caso

Extensão do governo no movimento docente, uma entidade chamada Profes tenta, de maneira autoritária e burocrática, conseguir um registro sindical do MTE para atuar na base do Andes-SN (Fonte: Andes-SN. Edição: Adufrj-SSind)

## JORNADA DE LUTAS DOS SPF

# Situação exige luta conjunta

Para o presidente da Adufrj-SSind, Cláudio Ribeiro, pressionar o governo por uma negociação conjunta com todas as entidades dos servidores federais é uma das principais tarefas de 2015

**É preciso mostrar que os trabalhadores não vão pagar pela crise**

**Elisa Monteiro**

elisamonteiro@adufrj.org.br

**N**egociando com cada categoria dos servidores federais em separado, o governo impôs reajustes parcelados ao longo dos últimos anos. Valores baixos que, nos dias de hoje, mais claramente do que antes, rapidamente são corroídos pela inflação.

Em 2015, uma campanha forte e articulada do funcionalismo pretende pôr fim a este processo de perdas. Esta é uma das importantes tarefas deste ano, no ponto de vista do presidente da Adufrj-SSind, Cláudio Ribeiro, como informou no início de um debate sobre salário e carreira. A atividade, em auditório da Faculdade de Letras, no último dia 8, fez parte da Jornada de Lutas dos SPF na UFRJ.

“Temos vinte pontos comuns, entre eles a proposta de um reajuste linear de 27,3%, que foi construído como uma média, a data-base em 1º de maio, correções de distorções e reposições inflacionárias”, destacou. Fazem parte dos eixos, ainda: política salarial permanente, direito à negociação coletiva, extinção do fator previdenciário, paridade salarial entre ativos e aposentados, concursos pelo RJU, combate a privatizações e terceirização; e revogação da Funpresp (fundo de previdência complementar dos servidores) e da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh).

Cláudio enfatizou a necessidade de mobilização e unidade, diante da atual crise econômica. Ele deu como exemplo a própria lei das carreiras do Magistério Federal, de 2012: “Recebemos em 2015 a última parcela desse acordo que não queríamos e, para 2016, por ora, não temos perspectiva de reajuste”.

Em relação à agenda específica dos docentes, Cláudio insiste com a necessidade de o Ministério da Educação receber o Andes-SN para negociar. “É preciso retomar a conversa (reunião do dia 23 de abril de 2014) em que o ministério reconheceu várias distorções impostas à nossa carreira”, disse. “Conceitos como degraus constantes do piso ao topo e percentuais definidos para titulação têm que ser mais bem explorados”. Como se sabe, uma vez que o MEC não ouve as reivindicações do Sindicato, a



Fotos: Marco Fernandes - 08/04/2015

**Ana Luisa** Palmisciano (advogada da Adufrj-SSind); Cláudio Ribeiro e Luciana Boiteux (diretores da Seção Sindical)

atual malha salarial da categoria não obedece a qualquer critério.

## Ataques aos trabalhadores

“Nesse momento, em que assistimos a muitas coisas acontecendo ao mesmo tempo, é preciso frisar que, quando se fala em ajuste, o governo não está falando de algo que recai igualmente sobre todos. São os trabalhadores que estão sendo penalizados, sobretudo os que encontram mais dificuldades de se defender”, avaliou a 1ª vice-presidente da Adufrj-SSind, Luciana Boiteux, em referência às Medidas Provisórias 664 e 665, durante o debate da Letras.

Boiteux, que é professora da Faculdade Nacional de Direito, lembrou que o tratamento às categorias é desigual e depende de interesses políticos do governo: “Nunca o Judiciário ganhou tão bem”, disparou, “contemplado por uma série de benefícios, ao mesmo tempo em que vemos cada vez mais o governo contar com o Judiciário como apoio para implantação de suas políticas”.

Em paralelo à pauta protocolada junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, os SPF movem campanha contra a saída conservadora do governo para crise. No lugar de restrições orçamentárias para serviços públicos e os ajustes fiscais sobre os trabalhadores, os servidores agitam Campanha pela realização Auditoria da dívida pública, como previsto na Constituição Federal, revogação das MPs 664 e 665, da Funpresp e da Ebserh, e pela liberdade sindical.

“Recebemos em 2015 a última parcela desse acordo (de 2012) que não queríamos e, para 2016, por ora, não temos perspectiva de reajuste



**Cláudio Ribeiro**  
Presidente da Adufrj-SSind

## Nem 26,05%, nem 27,3%

### Ajuste fiscal atinge professores por todos os lados

**A**inda durante o debate da Letras, o presidente da Adufrj-SSind, Cláudio Ribeiro, relacionou a recusa do governo em conceder um reajuste linear para os servidores, da ordem de 27,3%, com a “revisão” da vantagem judicial dos 26,05% (Ação do Plano Verão) na UFRJ. Para ele, a pressão para cortar o percentual faz parte da mesma política de diminuir a relação da folha de pagamento do funcionalismo em relação a um já rebaixado PIB (conforme já noticiado na edição anterior do **Jornal da Adufrj**).

Ana Luisa Palmisciano, advogada da Adufrj-SSind, explicou que, diferentemente de outras categorias, os professores da UFRJ conseguiram manter os 26,05% em primeira e segunda instâncias. E, até 2006, o benefício não apenas foi mantido como estendido (dos que moveram a ação inicial para todos). Técnicos-administrativos também foram contemplados.

A partir de então, afirmou Ana Luisa, aumentou a pressão do Tribunal de Contas da União sobre a UFRJ. O que gerou o atual processo de “revisão” do cálculo da vantagem judicial, por parte da Pró-reitoria de Pes-

soal.

Segundo a advogada, os professores que incorporaram o benefício à aposentadoria são o alvo preferencial desta movimentação. A orientação jurídica é que os casos sejam levados individualmente ao sindicato, “sem antecipação de defesa”. E ressaltou: “Não há nenhuma decisão dos Tribunais nesse sentido (de corte). Não há nada indevido”.

A assessora também deixou claro que não há, até o momento, nenhuma determinação da reitoria no sentido de efetuar o corte. “Pelo que nos foi dito, a administração realiza uma primeira etapa, abrindo cada um dos 18.700 processos para verificação. Em seguida, serão efetuados os cálculos de revisão caso a caso. Só depois disso, qualquer medida poderá ser tomada”.

A preocupação dos servidores se justifica: de acordo com Ana Luisa, os 26,05% podem representar hoje uma diferença de até R\$ 800 nos contracheques.



**Ana:** “Não há nada indevido”

## JORNADA DE LUTAS DOS SPF

# Previdência foi o foco do segundo dia de mobilização

Professora da Escola de Serviço Social, Sara Granemann criticou a criação da Funpresp-Exe no dia 9 de abril

Evento ocorreu na Praia Vermelha

Elisa Monteiro

elisamonteiro@adufrj.org.br

“A retomada da integralidade para as aposentadorias é hoje o principal desafio”. A avaliação foi feita pela professora Sara Granemann (Escola de Serviço Social), durante a atividade do segundo dia (9 de abril) da Jornada de Lutas dos SPF na UFRJ, em tenda montada no campus da Praia Vermelha. A condução da mesa foi feita pela professora Cleusa Santos, 2ª vice-presidente da Adufrj-SSind

O tema foi escolhido para atender, em especial, os professores novos, aqueles que ingressaram nas universidades federais após a edição do Decreto nº 7.808/2012 — de criação da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe). “Até 2012, com todos os ‘truques’ sobre a carreira, mesmo com a manutenção dos descontos previdenciários depois da aposentadoria etc”, disse Sara, “os professores ainda tinham direito a aposentadorias integrais ou a algo próximo disso”. A partir de então, todos os concursados passam a estar submetidos ao mesmo teto de remuneração do Regime Geral de Previdência Social, dos celetistas (fixado em R\$ 4.663,75 para 2015).

Ex-presidente da Adufrj-SSind (no período 2003-2005), Granemann criticou o “mito” da falta de recursos para Previdência: “Não é preciso ser especialista para verificar a falácia de que não há recursos para garantir uma aposentadoria digna. Uma projeção de 35 anos de contribuição, com 25 anos a mais de sobrevida, deixa claro que 11% de desconto é mais que suficiente”. E destacou: “Para várias categorias, o teto do INSS não é apenas menos do que o trabalhador receberia se aposentasse com a integralidade, mas é até mesmo inferior ao que recebem os ativos”.

Com pesquisa na área de Seguridade, Sara destaca que a estimativa atual é que “um terço da riqueza mundial tenha origem nas contribuições previdenciárias”. E, segundo ela, a introdução das previdências



Marco Fernandes - 09/04/2015

Professores aprofundaram seus conhecimentos sobre a previdência complementar com a palestra realizada na Praia Vermelha

complementares (privadas) corresponde à transferência do recurso para o mercado. “Assim como a educação privada, a previdência privada só pode prosperar com a precarização da oferta pública”.

## O ataque aos servidores

Os servidores federais, explicou Sara, foram o público preferencial para inaugurar o negócio no Brasil: “Além de numerosa, a categoria possui salários de nível razoável e, o mais importante: a certeza da estabilidade”. “A expectativa”, complementou, era que a Funpresp se tornasse, em 15 anos, “o maior fundo da América Latina”. O plano, contudo, não saiu como esperado. Granemann lembrou que, em 2013, o secretário de Relações do Trabalho do MPOG, Sergio Mendonça, buscou, em reunião com o Andes-SN, convencer o Sindicato a encampar a filiação ao fundo. “Com uma adesão de

7% do funcionalismo, o fundo não se viabiliza”. Neste contexto, a pressão sobre toda a administração pública, em especial as reitorias universitárias, aumenta.

A docente observou que, à época do decreto, muito se polemizou sobre o caráter público ou não da Funpresp: “O único fundo público é a previdência social. O fundo público é o único de renovação garantida e capacidade de remuneração”, frisou. “Ainda que chegue a uma (taxa) Selic”, brincou Sara. “Os fundos são negócio com contribuição das partes particulares”. Granemann fez uma comparação com o subsídio estadual ao transporte de quem possui um bilhete Riocard: “Não é porque o estado entra com uma das partes que o serviço é público”.

Detalhe: depois de 2001, os fundos deixam de oferecer uma das duas modalidades: o de benefício definido (com valor fixo a receber, e contribuições va-

riando de acordo com a economia). A partir de então, os trabalhadores só podem saber com quanto contribuir (o benefício é indefinido, a depender do mercado, no futuro).

## Exemplos ensinam

Para Sara, o caso chileno é o mais ilustrativo dos riscos da previdência complementar “Privatizada ainda durante a ditadura Pinochet, a previdência gerou uma massa tão grande de capitais que a economia interna não absorveu. Hoje estão pagando em torno de US\$ 400 para quem contribuiu três décadas”. Outro exemplo lembrado foi o do fundo de pensão da companhia norte-americana Enron (falida em 2001): da expectativa de US\$ 15 mil mensais na aposentadoria, restou aos trabalhadores apenas US\$ 100/mês.

No Brasil, a Lei de Falências teria reforçado a exposição dos trabalhadores: “Eles são os úl-

## Assédio moderno

Durante o debate na Praia Vermelha, professores apontaram o assédio virtual do governo para adesão à Funpresp: “Você entra na página do SIAPE para ter informações sobre férias e coisas do tipo e fica aquele *pop-up* de adesão à Funpresp pulando na sua cara. Um amigo clicou sem querer e ficou desesperado de ter feito besteira. Uma página institucional precisa ter mais cuidado com a forma dessa propaganda”, criticou Alex Saludjian, do Instituto de Economia.

timo da fila a receber (quando uma empresa quebra)”, afirmou Sara, citando o conhecido caso dos trabalhadores da companhia aérea Varig.

## UFRJ

# Terceirizados vão paralisar pelo pagamento

Atividade está marcada para este dia 13

Samantha Su

Estagiária e Redação

Funcionários terceirizados na UFRJ denunciaram à reportagem da Adufrj que estão novamente com seus salários atrasados. A empresa

Qualitécnica, uma das maiores do setor de limpeza da universidade, comunicou, no dia 10 de abril, via e-mail, que “não foi efetuado o pagamento das notas fiscais” da empresa. O cenário fica ainda mais grave porque os auxílios para alimentação e transporte já não estão sendo pagos integralmente desde janeiro. Em abril, a alimentação que deveria cair no dia 1º só sairá no dia 24, segundo os

terceirizados.

Procurada, a pró-reitora de Planejamento, Desenvolvimento e Finanças, Regina Loureiro, informou que, no dia do fechamento desta edição (em 10 de abril), a universidade efetivaria o repasse de cerca de R\$ 410 mil para a Qualitécnica. Faltariam ainda cerca de R\$ 390 mil: “Estamos agilizando isso para a semana do dia 13 de abril, mas estamos funcionando com 1/18

da proposta orçamentária da UFRJ. Quase toda a cota tem sido utilizada no repasse às empresas. A Qualitécnica é uma empresa que dá muito problema”, afirmou.

Os servidores terceirizados vão paralisar as atividades pela regularização dos pagamentos no dia 13, a partir das 8h. Eles farão um ato do Bloco A do Centro de Tecnologia até o prédio da reitoria.

## SUCESSÃO NA UFRJ

# A hora da decisão

Três chapas enfrentam-se nas urnas, de 14 a 16 de abril, como o objetivo de conquistar o mandato à frente da reitoria da UFRJ para o período 2015-2019. Será o primeiro turno da pesquisa eleitoral, com urnas espalhadas por toda a universidade.

Angela Rocha (do Instituto de Matemática), como candidata a reitora, e Carlos Rangel (Faculdade de Farmácia), candidato a vice, formam a chapa 10 — Juntos pela UFRJ: Unidade na Diversidade.

Roberto Leher (Faculdade de Educação), candidato a reitor, e Denise Nascimento (Faculdade de Odontologia), para sua vice, são os nomes da chapa 20 — UFRJ Autônoma, Crítica e Democrática.

Denise de Carvalho (Instituto de Biofísica), para reitora, e Walter Suemitsu (Escola Politécnica e Coppe), para



**Angela Rocha**

vice, compõem a chapa 30 — Somos Todos UFRJ.

Caso nenhum dos candidatos alcance mais votos que o somatório dos outros dois,



**Roberto Leher**

dos brancos e dos nulos, haverá segundo turno previsto para os dias 4, 5 e 6 de maio.

Podem votar: os docentes e técnico-administrativos



**Denise de Carvalho**

ativos do quadro de pessoal da UFRJ, aposentados contratados como colaboradores voluntários e professores eméritos; os estudantes dos

cursos de graduação (presencial e à distância), de pós-graduação (*stricto sensu*) e de pós-graduação (*lato sensu*) — estes com carga mínima de 360 horas-aula e matrícula ativa; do CAP, com matrícula ativa e que tenham 16 anos completos até a data do primeiro turno.

## Processo ainda agride autonomia universitária

O resultado da pesquisa será apresentado ao Colégio Eleitoral da universidade em 8 de maio. Este fórum, integrado apenas pelos representantes do CEG, CEPG, Consuni e Conselho de Curadores, formará as listas tripliques de candidatos a reitor e vice-reitor para escolha do MEC, conforme a retrógrada legislação vigente.

## Xerém põe as queixas na mesa, no último debate

Estudantes entregam carta de reivindicações para as três chapas que disputam a reitoria da universidade

### Debate ocorreu dia 9

**Silvana Sá**

silvana@adufrj.org.br

A comunidade universitária do Polo Xerém parou na manhã de 9 de abril para participar do último debate oficial entre candidatos à reitoria da UFRJ. Angela Rocha (Chapa 10), Roberto Leher (Chapa 20) e Denise de Carvalho (Chapa 30) expuseram suas propostas para estudantes, professores e técnicos-administrativos. Houve transmissão on line e o vídeo pode ser conferido na página da TV Consuni, na internet.

O movimento estudantil apresentou uma carta de reivindicações e propostas de melhorias para o Polo. Questões básicas, como limpeza, acesso, água e luz, bibliotecas em horário estendido e mais opções para o transporte intercampi estavam entre as reivindicações. Todos os candidatos assinaram o recebimento do documento e declararam publicamente seu comprometimento para solucionar as questões que afligem não só os estudantes, mas toda a comunidade universitária local.



**Debate atraiu um bom público, na manhã do dia 9**

Fotos: Silvana Sá - 09/04/2015

### Falta de planejamento

Durante o debate, Roberto Leher alegou que as duas últimas gestões não envidaram esforços para que o Polo Xerém se desenvolvesse. E afirmou que não há, nem no Plano de Desenvolvimento Institucional, nem no Plano Diretor, nem no Estatuto da UFRJ, menções ao Polo. Por isso, Xerém segue sem investimentos, sem orçamento, sem planejamento, sem ao menos um regimento definitivo. Disse ainda que, caso eleito, sua prioridade será reformular o

Estatuto da universidade, não só para que Xerém passe a existir institucionalmente, como também para que tenha assento nos colegiados superiores, com representação dos três segmentos e do diretor do Polo. Além de revisar o PDI e o Plano Diretor. O professor defendeu a reorganização da Prefeitura Universitária e do Escritório Técnico Universitário (ETU) para que façam parte de uma única estrutura e que tenham representação em todos os campi e polos.

### Sem promessas

Angela Rocha mais uma vez reconheceu que há problemas no planejamento da universidade para tocar seus projetos, mas disse que Xerém goza de orçamento. Ela contou que foram destinados R\$ 5 milhões ao prédio onde se instalaria o futuro campus, mas que o imóvel se encontrava em área de preservação permanente. Alegou que, devido ao esforço da gestão do ex-reitor Aloisio Teixeira, a universidade garantiu aumento de vagas no Reuni para professores e de recursos, especial-

mente de custeio. Angela disse entender as aflições daquela comunidade universitária e que tem evitado fazer promessas na campanha por conta da situação econômica do país, o que causa sérios cortes, inclusive na Educação. Seu foco é retomar as discussões do Plano de Desenvolvimento Institucional.

### 1/18 não é corte

Denise de Carvalho discordou dos cortes. Afirmou que a atual parcela, mensal, de 1/18, destinada às universidades, não corresponde efetivamente a um corte orçamentário, uma vez que 18/18 é o total dos recursos. Com essa lógica, a professora prometeu a transferência da atual estrutura do Polo Xerém (que hoje está instalada em contêineres nas dependências ao lado do clube Tamoi) para Santa Cruz da Serra. Antes de receber as turmas, o local precisa de investimentos para instalação de redes elétricas e hidráulicas, adaptação para salas de aula, acesso ao prédio, alojamento e restaurante universitário. Ela criticou mais uma vez a atual gestão pela falta de transparência na aplicação dos recursos em Xerém e disse que não há explicação para o Regimento do Polo Xerém estar há quatro anos na mesa do reitor Carlos Levi sem ser encaminhado para discussão no Conselho Universitário.

## SUCESSÃO NA UFRJ

# Debate “quente” no CCS

Atividade, realizada dia 7, foi o penúltimo confronto de ideias antes da pesquisa eleitoral junto à comunidade

## Candidatos à reitoria pelas chapas 10 e 30 trocam acusações

Silvana Sá

silvana@adufrj.org.br

O penúltimo debate organizado pela Comissão de Coordenação do Processo Sucessório (CCPS) entre candidatos à reitoria da UFRJ ocorreu na manhã do dia 7 de abril, no Centro de Ciências da Saúde.

Angela Rocha e Carlos Rangel (Chapa 10), candidatos a reitora e a vice-reitor, revezaram-se na mesa. Angela ficou com o papel de apresentação da chapa e considerações finais, enquanto Rangel participou do debate realizado nos dois blocos de perguntas. A Chapa 20 foi representada pelo candidato a reitor Roberto Leher. A Chapa 30, pela candidata a reitora Denise de Carvalho.

Neste quarto debate, diferentemente dos anteriores, Denise de Carvalho assumiu ter sido favorável à Eberh à época das discussões pela adesão da UFRJ à empresa. Ela afirmou, porém, ter mudado de ideia e votado na proposta autônoma da universidade para os seus HUs.

### Troca de farpas

A presença do candidato a vice-reitor e ex-pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento esquentou o debate. Responsável pelas finanças da UFRJ na gestão atual até bem pouco tempo atrás, Rangel questionou Denise de Carvalho em relação a orçamento e contratos com empresas terceirizadas. A candidata, por sua vez, retru-



Marco Fernandes - 07/04/2015

**Para conhecer** as propostas dos candidatos, comunidade do CCS praticamente lotou o auditório Quinhentão

cou que sua gestão “enxugará” onde for necessário e realizará os contratos “de forma correta”. Mas não precisou como isso se dará, pois alegou faltar transparência à universidade.

Denise acusou Rangel de ter levado a UFRJ à falência. “Não há análises dos serviços prestados pelas empresas. A UFRJ tem um déficit hoje de R\$ 90 milhões”, disse. Rangel contrargumentou: “Pela sua fala, a senhora deixa claro que não entende nada de orçamento. A senhora nunca participou das discussões do orçamento. Quando apresentei a proposta ao Consuni o professor Roberto Leher me mandou 15 perguntas. A senhora não me mandou nenhuma”, esbravejou Rangel, que foi hostilizado por uma parte da plateia. Após a série de ataques, já ao final do debate,

Rangel e Denise se abraçaram. Em seguida o docente tomou o microfone: “Esse abraço é fraterno. É pra deixar a claque da professora Denise animada”. Houve novos protestos.

Alheio às acusações entre as chapas 10 e 30, Roberto Leher expôs seus projetos políticos. Ele afirmou que criará um Conselho de Administração para aprovar os atos desta natureza da gestão e que unificará as pró-reitorias de Planejamento e Desenvolvimento (PR-3) e Gestão e Governança (PR-6). Leher disse acreditar numa gestão compartilhada e que técnicos-administrativos assumirão a PR-3, PR-4 e PR-6. Ele voltou a defender a necessidade de um Congresso Universitário, construído paritariamente por alunos, técnicos e docentes. Este assunto específico não foi

comentado pela candidata Denise. O candidato Rangel disse que entende a importância do tema, mas não concorda em paralisar a universidade para essa discussão no momento.

### Do que um reitor precisa?

A pergunta surgiu no bloco em que os segmentos fizeram questionamentos às chapas e deixou ainda mais claras as diferenças de perfis entre os reitoráveis. Denise de Carvalho observou que a experiência administrativa prévia é importante, mas que há outros requisitos como liderança, capacidade de solucionar problemas, respeito à democracia, que também constituem um bom reitor.

Rangel, mais uma vez tecendo críticas à candidata Denise, afirmou que, para se habilitar

ao cargo de reitor, o candidato deve conhecer minimamente a universidade, seus processos e problemas. Disse também ser necessário que o novo reitor assuma o compromisso de lutar por uma universidade autônoma, gratuita e de qualidade.

Para Leher, o ponto fundamental é que o reitor não se perceba como alguém que ocupa um cargo de confiança do Ministério da Educação na UFRJ, mas que represente a comunidade universitária reafirmando sua autonomia constitucional. Destacou que conhecer a universidade é pré-requisito para qualquer cargo de direção e que conhecer as políticas educacionais em curso e as concepções de universidade que estão em jogo atualmente no país são aspectos necessários ao novo reitor.

## UFRJ

# No Consuni, a polêmica das eleições dos técnicos

## Urnas ficarão *sub judice*

Inscritas para as eleições da representação dos técnicos-administrativos nos colegiados superiores da UFRJ, as chapas “Quem Sabe Faz a Hora” (1) e “Autonomia e Democracia” (2) denunciaram, ao Consuni do último dia 9, um suposto favorecimento político à chapa “Representação” (3) por parte da reitoria e da direção do Sintufrj, além de casos documentados de fraudes na votação (iniciada em 8 de abril), violações de urnas e até cédulas que dão maior destaque à

chapa.

O reitor argumentou que o regimento atribui ao sindicato dos técnicos-administrativos o papel de organização e condução do processo eleitoral. “O regimento é claro”, disse Carlos Levi. “O processo deve ser organizado pela unidade representativa”. A servidora do CCS, Neuza Luzia, rebateu a leitura. “Nossa representação é de caráter institucional, não tem vinculação com a entidade sindical. A decisão da reitoria de dar amplos poderes de condução do processo ao sindicato coloca em dúvida a lisura da consulta”, disse. Após sua fala, Neuza apresentou a todos os presentes fotos comprovando

as denúncias.

Boa parte dos conselheiros mostrou-se indignada com o caso. Lilia Pougy reforçou que não são oitivas ou acusações infundadas, mas “fatos que não estão sendo apurados. Isso é muito sério. Independentemente das apurações posteriores, podemos e temos material suficiente para interromper o pleito”.

Apesar de tudo, Levi manteve sua posição e deu sequência ao pleito. Haverá uma reunião entre o reitor, a comissão eleitoral e os membros das chapas. Ao término do processo, as urnas serão lacradas e estarão *sub judice*, até que as denúncias sejam apuradas.

### Consulta para reitor nos polos de EAD

A comissão eleitoral responsável pela consulta à comunidade acadêmica sobre os cargos de reitor e vice-reitor entende que, mantido o atual calendário (veja mais informações na página 6 desta edição), o traslado das urnas dos polos de educação à distância até a reitoria atrasará a contagem dos votos. Os conselheiros propuseram que, caso as três chapas concorrentes concordem, não haja votação nos polos no último dia previsto (16 de abril).

### Moções de repúdio, apoio e nota de pesar

O Consuni aprovou uma moção de repúdio à aprovação da PL

4.330 que expande a contratação de terceirizados para atividades-fim, além das atuais atividades-meio. O pró-reitor de Extensão, Pablo Benetti, apontou a gravidade da situação para a categoria: “A terceirização pode chegar aos professores”. Além disso, o dirigente também solicitou uma moção de solidariedade à família de Eduardo de Jesus, assassinado pela polícia no Complexo do Alemão em 2 de abril. Benetti, que trabalha no complexo, retratou o clima após a chacina. “A polícia no Complexo é um corpo estranho”, disse. O Consuni também aprovou uma moção de repúdio à redução da maioria penal e uma nota de pesar pelo falecimento da professora Vanda Freire, da Escola de Música. **(Filipe Galvão)**

**Nesta página** (e nas próximas), o **Jornal da Adufrj** divulga as respostas dos candidatos à reitoria da UFRJ em relação a quatro temas: terceirização; ensino básico; mobilidade; e política de segurança. Na edição anterior, que pode ser consultada na internet, os assuntos foram: autonomia universitária; Ebserh; e Reuni.

## **A terceirização cresceu e, neste início de ano, já mostrou seus efeitos negativos sobre a UFRJ. Como os senhores pretendem atacar este problema?**

### **Chapa 10**

#### **Angela Rocha/ Carlos Rangel**

A questão da terceirização tem nuances de toda ordem. Vejamos que, no momento em que preparamos esta resposta, o Congresso Nacional debate o PL 4330, que amplia a terceirização, abrangendo os cargos das atividades-meio, como são hoje, e incluindo os cargos das atividades-fim, o que é extremamente preocupante. A luta é mais ampla. A terceirização, como é realizada, tem um problema social importante, pois afeta os trabalhadores, para os quais são impostas condições de contratação desfavoráveis. Há também a queda no nível de serviço prestado, que impacta nossas atividades-fim. A extinção de cargos no serviço público impacta a folha de custeio e acarreta uma perda na qualidade do serviço prestado à sociedade. Devemos lutar para que o restabelecimento desses cargos.

### **Chapa 20**

#### **Roberto Leher/ Denise Nascimento**

A terceirização de serviços de segurança, manutenção e limpeza é o maior item do orçamento da UFRJ e compõe grande parte das suas dívidas. A aprovação do Projeto de Lei 4330/14 (permite terceirizar as atividades fins) agrava o problema. Além de não assegurar a eficácia dos serviços e desrespeitar os direitos trabalhistas dos terceirizados, o pagamento das firmas que operam a terceirização corrói as verbas de custeio da UFRJ: em 2010, os recursos de custeio correspondiam a R\$ 234 milhões que custeavam, também, os 870 terceirizados existentes; em 2014, esses recursos aumentaram nominalmente, embora muito abaixo das necessidades, para R\$ 301 milhões, entretanto, a UFRJ teve de custear cinco mil terceirizados. A UFRJ gasta cerca de 3 vezes mais o que gastaria se os trabalhadores fossem do quadro permanente. Os contratos com as empresas precisam ser revistos em sua qualidade jurídica e técnica, objetivando proteger os interesses da UFRJ e dos trabalhadores terceirizados. A solução definitiva é retomar os concursos para os níveis A, B e C - de pessoal de apoio, via RJU. A alteração da carreira requer entendimentos com o Ministério do Planejamento e com o MEC, em articulação com a ANDIFES e com a Fasubra. A UFRJ pode fazer valer sua força institucional e desempenhar um papel muito importante para que as universidades voltem a ter pessoal nessas atividades indispensáveis. Além da melhoria dos contratos com as empresas atuaremos no sentido de realizar contratação por meio do Regime de Contratação Diferenciada para as áreas mais sensíveis e estratégicas, objetivando fortalecer os setores de engenharia, hospitais, licitações etc.

### **Chapa 30**

#### **Denise de Carvalho/ Walter Suemitsu**

Nos debruçaremos prioritariamente sobre essa questão, que será a missão da Comissão Permanente de Orçamento. Nas últimas décadas, houve extinção de inúmeros cargos do serviço público e assim as universidades foram atingidas. Devido ao fato dessas atividades serem fundamentais para o adequado funcionamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, houve necessidade de contratação através de empresas privadas que oferecem esses serviços, a chamada terceirização. Lutaremos junto ao Governo Federal para o retorno dos cargos extintos ao quadro RJU. Não há controle algum sobre as firmas e suas políticas de recursos humanos e conseqüentemente, a universidade fica refém destas empresas. A comunidade universitária vem assistindo a atrasos no pagamento, falência de firmas que não cumprem com os seus deveres trabalhistas e os trabalhadores sofrem com esta situação desumana. A universidade não se impõe no momento dos contratos e parece não punir as empresas que agem desta forma. As empresas que fazem contratos com entes governamentais estão sujeitas a punições caso venham a agir de forma irregular. Com o objetivo de que essas empresas ocultem essas informações e tentem contrato com outros órgãos públicos, a controladoria Geral União criou o cadastro de empresas inidôneas e suspensas (Ceis). Revisaremos os contratos com as empresas terceirizadas, em número e conteúdo, visando à redução dos gastos desnecessários. A UFRJ deve ser um exemplo na gestão desses contratos.





Marco Fernandes - 03/03/2015

## Qual a proposta da chapa para o ensino básico (EEI e CAp)?

### Chapa 10

#### Angela Rocha/ Carlos Rangel

Educação Infantil (EEI) e do Colégio de Aplicação (CAP-UFRJ) entendidos como espaços de ensino, pesquisa e extensão essenciais para a formação de Professores com qualidade e instrumento primeiro para a necessária integração com a Educação Básica

### Chapa 20

#### Roberto Leher/ Denise Nascimento

Para o cumprimento da função social da universidade pública no desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão é fundamental a integração entre as unidades acadêmicas que particularizam a educação e a formação de professores, como a Faculdade de Educação, o Colégio de Aplicação (CAp) e a Escola de Educação Infantil (EEI). Estas unidades devem compor um mesmo complexo de formação, ampliando o escopo do compromisso da UFRJ com a educação pública e fortalecendo a interação dos grupos e coletivos que se dedicam ao aperfeiçoamento docente e à pesquisa sobre o ensino nos diversos campos do saber. A resolução das condições materiais para a efetivação do complexo de formação de professores se dá a partir de um planejamento estratégico em Novo PDI e Novo Plano Diretor, que busque igualmente uma integração espacial. O CAp e a EEI hoje sofrem, como diversas outras unidades, com a falta de estrutura, de pessoal e de uma política de assistência aos estudantes que garanta a sua permanência. A democratização do acesso impõe a necessidade de política de assistência estudantil especial para a educação básica. Na EEI precisamos organizar com urgência concursos para professores. No CAp, emergencialmente, é preciso resolver a contratação de pessoal de apoio de forma diferente da que vem sendo encaminhada (terceirização) pois o contato direto com crianças e adolescentes requer pessoal especializado e uma menor rotatividade. Assim, estrutura, pessoal e condições de permanência para os estudantes podem ser a semente de uma educação futura em horário integral.

### CHAPA 30

#### Denise de Carvalho/ Walter Suemitsu

Nossa proposta é de fortalecimento e integração efetiva entre a Educação Infantil, o Colégio de Aplicação e a Faculdade de Educação, para que o projeto pedagógico relacionado ao modelo de escola-laboratório, fundamentação dos CAPs, seja efetivamente consolidado na UFRJ. Os Colégios de Aplicação devem incluir a educação infantil, o ensino fundamental e médio e a educação de jovens adultos. Baseados no modelo escola-laboratório, o nosso CAp deve atuar no ensino, pesquisa e extensão e se integrar também a projetos de inclusão escolar de jovens com deficiências. Com o fortalecimento das suas atividades e a integração desejada em um único ambiente, a ser construído na Cidade Universitária, o CAp poderá avançar na implantação do horário integral e focalizar, junto à Faculdade de Educação, na formação de professores da educação básica da rede pública. Nosso CAp deve, portanto, se tornar um Centro de referência da Educação Básica na UFRJ e ampliar as suas ações, junto à Faculdade de Educação para o fortalecimento das licenciaturas diurnas e noturnas. As universidades públicas brasileiras serão chamadas a atender às demandas da sociedade para a formação continuada de professores e durante a nossa gestão, daremos todo apoio para a elaboração de projetos que culminarão com a maior integração UFRJ-sociedade na área de Educação pública. Devemos atender de maneira protagonista a essa demanda da sociedade brasileira.



## Como vai enfrentar o problema da mobilidade nos diferentes campi?

### Chapa 10

#### Angela Rocha/ Carlos Rangel

Temos como proposta aprovar no Consuni uma política geral de mobilidade, integrando todos os campi da UFRJ. Mas essa política deverá obrigatoriamente integrar a UFRJ com outras instituições de ensino público superior do Estado do Rio de Janeiro.

### Chapa 20

#### Roberto Leher/ Denise Nascimento

Uma das principais falhas do Plano Diretor aprovado é que o mesmo não focalizou soluções realistas para o transporte. A UFRJ tem de planejar uma frota própria de ônibus para melhorar a circulação dentro e entre os campi e as suas demais instalações, objetivando articular a circulação interna com o transporte público. É necessário realizar gestões junto à prefeitura do Rio para garantir melhor gestão dos BRTs que passam no fundão, montando uma grade de horários compatível com as necessidades e o fluxo de passageiros. É indispensável aperfeiçoar a articulação dos espaços da UFRJ com nódulos centrais do sistema de transporte do grande Rio, em especial, ônibus, metro e trens. O circuito das barcas poderia melhorar a mobilidade Niterói – Centro - Ilha do Governador. A UFRJ deve, também, pressionar os governos municipal e estadual para integrar o VLT elevado até o fundão. Para a circulação interna, uma linha circular de trem de levitação magnética (temos o MagLev Cobra, de tecnologia própria, que pode ser construída, a baixo custo, nos canteiros, com recursos do BNDES) seria muito interessante. É necessário, ainda, intensificar o uso de bicicletas dentro dos campus e entre os campi quando possível. Os ônibus para Macaé não passam pelas áreas do campus e, por isso, a UFRJ deve assegurar a ligação com ônibus próprios e, claro, articular a mobilidade entre os espaços da UFRJ e as áreas de integração dos transportes em Macaé e em Xerém.

### CHAPA 30

#### Denise de Carvalho/ Walter Suemitsu

A questão do transporte é fundamental para o adequado funcionamento dos cursos diurnos e noturnos e para a devida acessibilidade aos restaurantes universitários, bibliotecas e residências estudantis. Com relação aos ônibus internos que circulam na cidade universitária e os que circulam inter-campi, há poucos veículos, pontos de parada insuficientes e horários restritos para atender à comunidade. Daremos continuidade às ações voltadas para a melhoria no transporte coletivo nos campi; reorganizaremos as linhas, os horários, pontos de parada e a integração metrô-ônibus. Estimularemos a adoção de transportes alternativos no campus da cidade universitária, como o uso de bicicletas e a reformulação dos ônibus coletivos internos que utilizarão tecnologias de baixa emissão de CO2, pois pretendemos implantar o projeto UFRJ sustentável, com a introdução de práticas com baixo impacto socioambiental e que sirvam como referência para a sociedade brasileira. Promoveremos parcerias com os governos municipais e estadual para o desenvolvimento de ações nas áreas de transporte visando a ampliação da frota que atende à comunidade universitária e a introdução do passe livre também para os nossos estudantes que utilizam a rede intermunicipal de transporte.

Fotos: Silvana Sá - 31/10/2013





## Tem proposta para uma política de segurança da universidade?

### Chapa 10

#### Angela Rocha/ Carlos Rangel

A segurança pública deve ser articulada com a Diseg, que deve atuar como papel protagonista na proposta e definição de políticas de segurança da UFRJ. Entretanto, precisamos resgatar a possibilidade da contratação de vigilantes para os quadros do serviço público. Isso prejudica o desenho de uma política de segurança, que possa atender às reais necessidades da UFRJ.

### Chapa 20

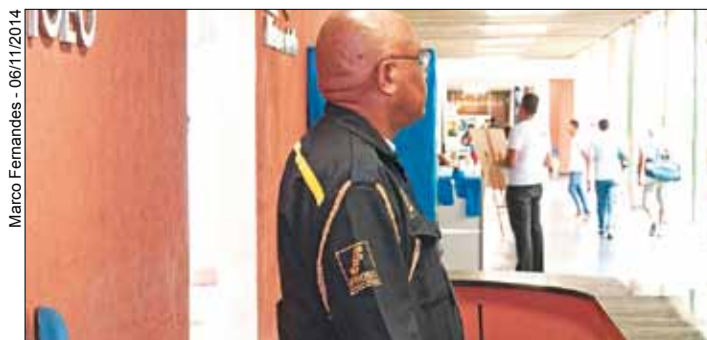
#### Roberto Leher/ Denise Nascimento

Fortalecer a Divisão de Segurança (DISEG) como estrutura integradora da política autônoma de segurança da UFRJ, o que exigirá a luta pela contratação de novos profissionais concursados. Buscaremos uma política de segurança que resulte dos debates com os estudiosos da questão e com o acúmulo de conhecimentos da Prefeitura e do DISEG. O uso de efetivo armado somente deve acontecer em locais críticos definidos pela própria comunidade universitária (hospitais, acervos históricos). É necessário aperfeiçoar o convênio guarda-chuva com a Secretaria de Segurança do Estado do Rio para que a vigilância das entradas e saídas dos campi seja aperfeiçoada. Podemos avançar muito no sistema atual de câmeras de monitoramento, iluminação, vigilância interna das áreas de mobilidade entre os prédios (estacionamentos, restaurantes, acesso aos pontos de ônibus). A vigilância e monitoramento dos Campi devem visar, em especial, a segurança preventiva da comunidade universitária.

### CHAPA 30

#### Denise de Carvalho/ Walter Suemitsu

Para melhorar a segurança, ampliaremos os projetos de segurança com a instalação de mais câmeras, aumento na vigilância, implantação de transporte público mais eficiente e presença de estacionamentos monitorados. Retomaremos o projeto de construção de portais UFRJ que poderão identificar os transeuntes que entram em área Federal da UFRJ. A Divisão de Segurança da UFRJ será fortalecida e protagonizará as ações voltadas à melhoria da segurança nos campi, pois passará a ser uma Superintendência ligada diretamente ao Gabinete do Reitor. A segurança é um tema complexo que está relacionada com vários fatores e o problema da segurança pública extrapola os muros da UFRJ. Todavia, temos que implantar ações que garantam segurança para transitar pelos espaços universitários pertencentes a UFRJ nos diferentes campi. Algumas das ações concretas serão: construção de portais com guaritas blindadas e câmeras de monitoramento em todos os acessos de entrada e saída dos campi; instalação de câmeras de monitoramento em todas as entradas e saídas de acesso, bem como nas vias de acesso interno aos campi; aquisição de rádios portáteis e ampliação do sistema utilizado para as viaturas que ainda não possuem; reforma, modificação operacional, com a construção do segundo pavimento e deslocamento das 3 cabines para o centro dos canteiros em frente aos três pontos de ônibus de maior circulação de pessoas. Essas ações serão priorizadas para a melhor qualidade de vida nos campi.



Marco Fernandes - 06/11/2014

# PAINEL ADUFRJ DA REDAÇÃO

Wilson Dias/Agência Brasil - 07/04/2015

## IMAGEM DA SEMANA

# O Congresso nas trevas



**Ofensiva.** Plenário da Câmara dos Deputados no dia da votação do projeto que golpeia a classe trabalhadora.

O professor Ricardo Antunes, da Unicamp, um dos mais importantes pensadores brasileiros sobre o mundo do trabalho, diz que o projeto de expansão da terceirização, aprovado na quarta-feira 8, representa “uma tragédia” para a classe trabalhadora. A votação da Câmara, avalia, se encaixa neste ambiente de “retração da esquerda” e ofensiva da direita. O professor de Ciência Política da FGV-SP, Francisco Fonseca, afirma que o país vive um momento perigoso, com a ascensão de personagens como Eduardo Cunha e manifestações da direita nas ruas, eventos fortemente

amplificados pela mídia. Há duas décadas, dormia no baú da Câmara uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que diminui a maioria penal de 18 para 16 anos. Ressurgiu com força e acaba de ser aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça. Observadores das inflexões do parlamento brasileiro dizem que o Congresso Nacional, contaminado de conservadorismo, encontra na conjuntura a correlação de forças para se aproximar das teses mais atrasadas, a serviço do grande capital e, em alguns casos, do fundamentalismo religioso. Cândido Grzybowski, diretor

do Ibase, vai ao ponto: “Nosso Congresso não representa a sociedade, mas interesses corporativos e religiosos”, diz. O professor Francisco Fonseca concorda. Ele adverte que “algo muito grave” está acontecendo e que a sociedade não se deu conta. “Esse projeto de terceirização representa o fim da CLT. Somando a temas como da maioria e outros, tudo isso aponta para uma direção: o domínio do capital sobre o trabalho e o domínio de teses conservadoras, religiosas inclusive, do ponto de vista comportamental, no Congresso”.

A próxima ofensiva do conservadorismo no Congresso Nacional é a reforma política. Os porta-

vozes mais influentes do parlamento ecoam os interesses da grande burguesia e já avisam que não aceitarão a ideia de acabar com o financiamento das campanhas por empresas. Mesmo diante dos escândalos de corrupção que têm origem precisamente no sequestro da política pelo poder econômico.

De acordo com o Diap, o congresso eleito em 2014 é o mais conservador desde 1964. Aumentou o número de deputados militares, religiosos, ruralistas e outros vinculados claramente a interesses das corporações empresariais. Parlamentares associados à agenda progressista caíram pela

metade. Pautas relacionadas ao direito ao aborto, criminalização da homofobia e a questões raciais tendem a ser marginalizadas. Tendência, aliás, afirmada pelo presidente da Câmara, membro da Assembleia de Deus, que disse que só por cima do seu cadáver a legislação que criminaliza o aborto seria modificada.

Antes de chegar à presidência da Câmara, Eduardo Cunha foi recebido por Roberto Irineu Marinho, chefe do grupo Globo. Deu garantias de que também nem por cima do seu cadáver colocaria na pauta qualquer projeto relacionado com a regulação da mídia. (fontes: site Esquerda Diário, Diap e Repórter Brasil).

## VIDA DE PROFESSOR

Diego Novaes

